

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Ribeira Grande**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 148.122.310 Euros e um total de fundos próprios de 93.270.108 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 4.512.722 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidado do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo Público, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Os registos contabilísticos de uma entidade participada são efetuados de acordo com as candidaturas submetidas a fundos comunitários, independentemente da sua aprovação e da aprovação das despesas efetuadas, considerando também que serão integralmente recuperados os custos de estrutura.
8. As demonstrações financeiras individuais de uma participada não estão elaboradas nos termos da legislação que lhe é aplicável - Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo.

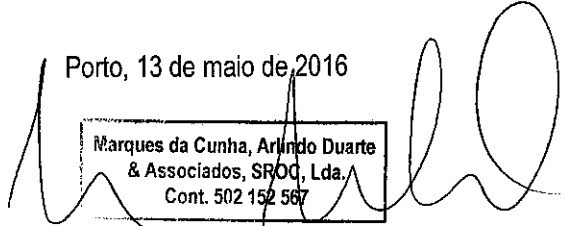
OPINIÃO

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 e quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo n.º 8 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Ribeira Grande** em 31 de dezembro de 2015, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com a legislação específica aplicável.

ÊNFASE

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 10.1. De acordo com o referido no ponto 17 do anexo, as demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com o exercício anterior devido à alteração do perímetro de consolidação.

Porto, 13 de maio de 2016


Marques da Cunha, Arlindo Duarte
& Associados, SROC, Lda.
Cont. 502 152 567

Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados – S.R.O.C., Lda., SROC n.º 52
representada por Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, ROC n.º 859